



# XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:  
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

## XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

### GT-10 – INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

#### A ESTETIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO DISSONANTE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

#### *THE AESTHETICISATION OF COLONISATION AND THE DISSONANT HERITAGE: A NECESSARY DISCUSSION*

**Giulia Crippa** - Università di Bologna (UNIBO)

**Ieda Pelógia Martins Damian** – Universidade de São Paulo (USP)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** O artigo propõe uma discussão acerca do chamado “patrimônio dissonante” (*dissonant heritage*), em particular o patrimônio ligado ao colonialismo italiano. Qualquer patrimônio, ainda que em estado silente, enquanto não mais envolvido no cotidiano e nos processos culturais do presente, é recebido, mesmo que inconscientemente, pelo público. Optamos por analisar dois estudos de caso de patrimônios definidos como “dissonantes”, para observarmos, na prática, as trajetórias político-culturais de manutenção dessa memória em um contexto em que a dissonância precisa ser identificada e centralizada. Os casos estudados dizem respeito ao monumento do explorador Vittorio Bottego e a coleção de máscaras faciais do antropólogo fascista Lidio Cipriani. Desvelar o papel principal que a ‘dissonância’ desempenha nas discussões sobre os diferentes usos da memória e do patrimônio significa reconhecer como essa dissonância abriu novas perspectivas no campo dos estudos sobre o patrimônio, no qual o conceito foi originalmente introduzido para discutir heranças que envolvem histórias discordantes e usos públicos de memórias e representações de passados contenciosos.

**Palavras-chave:** patrimônio dissonante; memória; decolonialidade; Lidio Cipriani; Vittorio Bottego.

**Abstract:** The article proposes a discussion about the so-called "dissonant heritage", in particular the heritage linked to Italian colonialism. Any heritage, even if in a silent state, while no longer involved in the daily life and cultural processes of the present, is received, even if unconsciously, by the public. We chose to analyse two case studies of heritage defined as "dissonant", to observe, in practices, the politico-cultural trajectories of maintaining this memory in a context in which dissonance needs to be identified and centralised, the monument to the explorer Vittorio Bottego and the collection of facial masks of the fascist anthropologist Lidio Cipriani. Unveiling the leading role that 'dissonance' plays in discussions about the different uses of memory and heritage means recognising how this dissonance has opened up new perspectives in the field of heritage studies, in which the concept was originally introduced to discuss inheritances involving discordant histories and public uses of memories and representations of contentious pasts.

**Keywords:** dissonant heritage; memory; decoloniality; Lidio Cipriani; Vittorio Bottego.

## 1 INTRODUÇÃO

Em relação ao colonialismo italiano e aos monumentos que o recordam ou o negam, é necessário utilizar o conceito chave do Patrimônio Dissonante. Se é verdade que é costume cultural recorrer à patrimonialização para preservar fontes memoriais para a história, muitas vezes esquecemos que objetos, estátuas, pinturas, os próprios museus que contêm tudo isso, não são elementos de um discurso neutro. Os materiais de herança cultural não dizem apenas o que se decidiu delegar a eles, eles são complexos, inesperados, 'usados' de várias formas.

Heranças "dissonantes" se colocam longe da visão do patrimônio que prevaleceu até algumas décadas atrás, quando o interesse das instituições estava quase inteiramente voltado para proteger as "grandes" criações do passado como reflexos do "gênio criativo" da humanidade e não para preservar a memória do lado destrutivo e cruel da história.

As abordagens institucionais evidenciam as estruturas de poder incluídas nas políticas de patrimônio e nas práticas de sua gestão, procurando criar posições e identidades *top-down*, bem como estabelecer um senso de pertencimento entre os membros do mesmo grupo social/nacional. A memória, como prática intersubjetiva, por sua vez, destaca como as narrativas utilizadas por cada sujeito, para sustentar sua identidade e identificações, são moldadas pelo contato e intercâmbio cultural. Se a memória é uma dimensão constitutiva da imagem de identidade e uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em contextos transnacionais e transculturais.

Os profissionais do patrimônio precisam ouvir as comunidades afetadas sobre o significado do lugar, e as práticas de gestão dependem de como o lugar é mantido na memória pública. Planos eficazes para estes locais devem ser baseados em uma análise de como os eventos, para os quais o patrimônio é considerado significativo, são lembrados. Às vezes, os significados dos lugares mudam quando as memórias desaparecem ou são distorcidas; argumenta-se que os lugares devem ser ativamente alterados quando ajudam apenas a memória dos perpetradores da dor e da vergonha, ao invés da memória das vítimas. É importante determinar aspectos do passado ignorados ou deturpados na interpretação do patrimônio. Locais inteiros podem estar ausentes da consciência pública e,

portanto, dos registros patrimoniais, talvez porque o público em questão não queira se lembrar dos valores associados a esses locais.

O universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico são desafios para as ciências sociais em busca de uma possibilidade de restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas e linguagens e conhecimentos considerados subalternos.

Patrimônio e memória são conceitos muito próximos no mundo globalizado de hoje, nas elaborações teóricas e nas práticas do Ocidente. A maioria das sociedades tem sua história marcada por memórias de guerras, revoluções, adesão a sistemas de crenças baseados em intolerância, discriminação racial ou em hostilidade étnica: vários lugares e instituições representam o legado desses acontecimentos controvertidos, e o que se verifica ao longo da segunda metade do Século XX é o fenômeno da preservação dos locais de massacre, genocídio, espaços de privação de liberdade de prisioneiros de guerra ou civis e políticos, e, nos espaços públicos, de monumentos e estátuas comemorativos sobre os quais se dirigem atenções diferentes que competem, em suas narrativas, acerca desses objetos culturais.

Esses lugares e objetos vêm sendo designados como 'patrimônios dissonantes', distantes da visão do patrimônio que prevaleceu até poucas décadas atrás, quando o interesse das instituições era quase inteiramente voltado para a proteção das 'grandes' criações do passado enquanto reflexos do 'gênio criativo' da humanidade e não para a preservação da memória do lado destrutivo e cruel da história. Por que essa mudança ocorreu e quais implicações para os profissionais que atuam no campo da memória? De que maneira essa herança é 'difícil' de lidar?

A discrepância entre a conceitualização da memória produzida e negociada pelos discursos institucionais e políticos e a da memória como prática intersubjetiva produz efeitos. Os enfoques institucionais tornam evidentes as estruturas de poder incluídas nas políticas de patrimônio e de práticas de seu gerenciamento, buscando criar posições de sujeitos e identidades de cima para baixo, além de estabelecer um sentimento de pertencimento entre os membros de um mesmo grupo social/nacional. A memória como prática intersubjetiva, por sua vez, evidencia como as narrações usadas por cada sujeito, para sustentar sua própria identidade e suas identificações, são moldadas pelo contato e pelo intercâmbio cultural. Se a memória é uma dimensão constitutiva da imagem identitária e

uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em contextos transnacionais e transculturais.

A memória é um conceito ligado à linguagem em suas múltiplas formas - orais, escritas e performativas. Sua faceta cultural enfatiza a natureza entrelaçada do passado e do presente, a 'verdade' de testemunhas materiais e as narrativas construídas em volta delas. O cenário e a narração sociocultural se tornam partes cruciais do patrimônio. Os estudos sobre o patrimônio, por outro lado, enfatizam como não é unicamente uma coisa material, mas, sim, um ato de comunicação, um processo cultural e performativo que lida com a afirmação e a mediação de narrativas históricas e de memórias coletivas, bem como com os valores sociais e culturais que o sustentam. Em prática, o patrimônio só surge quando algo é narrado, definido e/ou tratado como tal no contexto sociocultural a ele favorável.

Segundo Leopold (2007), é o conjunto institucional na gerência de um patrimônio que tem o maior impacto em sua interpretação, através das escolhas sobre o que dizer e o que deixar silenciado. Os profissionais de patrimônio precisam ouvir as comunidades afetadas sobre o significado do lugar, e as práticas de gerenciamento dependem de como o lugar é mantido na memória pública. Planos eficazes para esses locais devem se basear em uma análise de como os eventos, para os quais se considera significativo o patrimônio, são lembrados. Às vezes, os significados dos lugares mudam, à medida que as lembranças desaparecem ou são distorcidas; argumenta-se, nesse artigo, que os locais devem ser ativamente alterados, quando apenas auxiliam a lembrança dos autores da dor e da vergonha, e não a das vítimas.

É importante determinar quais aspectos do passado são ignorados ou mal representados na interpretação do patrimônio. Lugares inteiros podem estar ausentes na consciência pública e, portanto, nos registros de patrimônio, talvez porque o público em questão não queira se lembrar dos valores associados a esses lugares, ou podem estar presentes recortando de seus contextos de reconstrução históricas somente elementos parciais, sempre com o escopo de eliminar a reflexão sobre eventos traumáticos.

Os lugares históricos atuam, conforme Nora (1997), como locais que abrigam memórias funcionais à manutenção da conexão de um grupo com seu no passado. Esses lugares têm funções políticas, usadas e abusadas pelos governos (Graham *et al.*, 2000) por

razões que podem ser positivas ou negativas em suas intenções e efeitos. Um motivo frequente é a construção da nação, na formação e o fortalecimento dos estados.

Em muitos casos, as autoridades se envolvem em recontar a história, inventar tradições e celebrar a herança para atender a seus próprios interesses, que geralmente se reduzem à manutenção do poder ou, na hipótese que aqui levantamos, econômicos. Connerton (1989, p. 1) refere-se a isso como 'distorção deliberada' da memória coletiva, estrategicamente destinada a manipular a coletividade, modificando sua história, 'explicando-a' para obter apoio para um conjunto de políticas, de um poder hegemônico ou de interesses que se entrelaçam com a economia produzida pela valorização turística. Para Hobsbawm (1997), é na política nacionalista que a distorção intencional encontra sua forma mais deletéria, e a história das guerras e do colonialismo mostra a centralidade desse truque de propaganda de distorcer o passado. A dificuldade/dissonância, no caso do patrimônio, se propõe como discurso nas estratégias interpretativas criadas por várias partes interessadas que realizam sua avaliação, que decorre do tipo de materiais e objetos, condições históricas e culturais, determinantes políticas atuais, questões éticas, religiosas e legais, bem como crenças e motivações pessoais de indivíduos e grupos envolvidos no processo interpretativo. Como consequência destas incompatibilidades, tensões e conflitos multiplicam os desafios na sustentação e gestão do patrimônio.

Consideramos que uma das vertentes do conflito seja de natureza epistêmica, fundada nas concepções "modernas" de nação, identidade nacional como cultura nacional e patrimônio como memórias institucionalizadas na base desses princípios. Para entender a dissonância na reflexão sobre patrimônio, propomos discutir alguns desses conceitos: 1) identidade cultural, por sua vez ligada a 2) princípios de universalidade, que investem a colonialidade (primeiro europeia e depois, por extensão "ideológica", ocidental) da trajetória modernizadora.

Trataremos do monumento ao explorador Vittorio Bottego<sup>1</sup> na cidade de Parma, que representa o ideal de subordinação indígena ao impulso 'civilizador' do homem branco e justifica a barbárie da colonização. Com sua presença monumental e as narrativas disponíveis ao público, não há pauta para discursos que se originam em outras narrativas que resultam relevantes em um processo de discussão voltado para a redefinição das

---

1

[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Monument\\_to\\_Vittorio\\_Bottego\\_\(Parma\)#/media/File:PR-Parma-1956-monumento-a-Bottego-stazione.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Monument_to_Vittorio_Bottego_(Parma)#/media/File:PR-Parma-1956-monumento-a-Bottego-stazione.jpg)

identidades europeias. Objeto da discussão será a coleção museológica de máscara faciais produzidas na Década de 1930 pelo antropólogo fascista Luigi Cipriani. É patrimônio dissonante essa coleção de uma série de moldes faciais de várias tipologias humanas<sup>2</sup>, criada entre 1927 e 1932, em nome da *Royal Geographic Society* de Londres, como suporte didático para o ensino de Biologia da Raça durante a época fascista. Nos anos em que o regime fascista se empenhou na guerra da Etiópia, Cipriani foi um dos signatários do “Manifesto da Raça” e um dos mais convictos defensores da inferioridade dos povos africanos e da legitimidade da conquista colonial italiana. Hoje, essas coleções, presentes em diversos museus científicos italianos e internacionais, frequentemente são apresentadas destacando seu valor estético (e, ainda, científico), deixando de lado seu contexto de produção, bem como são propostas com materiais de discussão “intercultural”, silenciando completamente sua produção em um preciso contexto histórico.

## 2 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO DISSONANTE

Para fornecer uma estrutura para analisar o patrimônio dissonante escolhido, podemos recorrer a Ashworth e Tunbridge (1996), que afirmam que, mesmo que um certo grau de dissonância esteja implícito na natureza do patrimônio, existem monumentos, práticas ou memórias que merecem atenção específica dado à origem e características de sua dissonância. Na opinião deles, a dissonância pode ser considerada um atributo de lugar, que depende de seu passado e da existência de comunidades ou usuários do patrimônio dissonante. Eles listaram três fontes de dissonância: (1) dissonância implícita na mercantilização; (2) dissonância implícita nos produtos do lugar; e (3) dissonância implícita no conteúdo da mensagem.

Para entender a natureza da dissonância, valemo-nos do conceito de “discurso autorizado” sobre o patrimônio de Smith (2006), que introduz a questão das relações de poder na base do discurso do patrimônio. Em qualquer sociedade, os grupos dominantes utilizam sua própria visão do passado ao identificar monumentos importantes, assim como os especialistas responsáveis pela sua preservação. Este é o discurso do patrimônio autorizado, a expressão de poder hegemônico. As comunidades excluídas só podem criar seu próprio discurso, em contraste com o discurso dominante. Portanto, o patrimônio é

---

<sup>2</sup> [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lidio\\_Cipriani,\\_Calchi\\_facciali\\_-\\_Imago\\_Animi\\_2018.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lidio_Cipriani,_Calchi_facciali_-_Imago_Animi_2018.jpg)

dissonante por definição, porque vem de um processo social que visa tanto a legitimação quanto o exercício, contestando e desafiando uma série de identidades culturais e sociais.

Alguns estudiosos, como a própria Smith (2006), só reconhecem um discurso de herança autorizada na narrativa que promoveu o nacionalismo e a modernidade liberal, inventou o conceito de universalismo ocidental e estimulou uma onda de leis de preservação. Entretanto, a preocupação com itens patrimoniais ou materiais do passado faz parte da condição humana e uma análise histórica precisa permite o surgimento de outros discursos autorizados. Ao longo do Século XX, alguns fatores do discurso sobre o patrimônio autorizado identificado por Smith (2006), começaram a ser questionados. Por exemplo, a ideia de que apenas monumentos grandiosos, antigos, tangíveis e esteticamente agradáveis merecem ser preservados. Neste sentido, a Carta de Veneza para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, adotada por ocasião do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Especialistas em Edificações Históricas em 1964, foi um importante divisor de águas; o artigo 1 ampliou o tema da conservação para vários aspectos sociais e econômicos do passado. Entretanto, apesar da postura inovadora do artigo 1, o papel desempenhado por esta carta na superação do discurso autorizado do Século XIX permanece incerto e tem sido questionado por alguns estudiosos. O segundo momento crucial veio em 2003 com a adoção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO.

Desde então, tal variedade de novos "monumentos, bens ou práticas" foram incluídos no patrimônio local, nacional e internacional. Tal extensão progressiva dos temas a serem conservados abriu o caminho para uma mudança contínua no discurso do patrimônio autorizado, visível na pluralização das comunidades e das partes interessadas envolvidas.

Mesmo que a pluralidade e a consciência sejam hoje parte de qualquer discurso patrimonial, existem monumentos, bens intangíveis, memórias que ainda são difíceis de administrar e merecem uma atenção especial.

## **2.1 Alguns conceitos “chave”**

Em relação ao conceito de Universal/Universalidade tem-se o significado que se refere à experiência compartilhada por todos, mas, em vez disso, nos voltamos para o significado do termo que é gerado ao longo da constituição do que chamamos Modernidade

(que, implicitamente, é sempre Ocidental), que tem sua origem na filosofia grega e que permite a fundação da Ciência Universal. É um universal para o qual, mesmo sem experiência, uma determinada coisa "deve" ser de certa forma e, desse universal, a Europa (e por extensão, o "Ocidente") fez uma exigência ligada à sua "identidade", uma exigência da sua maneira de pensar e de se apresentar. Há, no entanto, uma questão básica sobre a qual refletir: a universalidade da ciência estendeu-se, nesta modernidade, também aos campos da ética e do comportamento, envolvendo a ordem dos produtos culturais e atribuindo-lhe uma hierarquia de valores. O que para o Ocidente é universal, quando estendido além da ciência, sofre, no entanto, de uma contradição intrínseca, uma vez que é peculiar apenas à história europeia e, por esta razão, deve ser discutido.

O universal passa a ser um fundamento da cultura ocidental, que se apresenta como portadora de "valores universais". Entretanto, a partir do momento em que o Ocidente perdeu sua hegemonia (historicamente, na segunda metade do século XX), o universalismo imposto pela força se desmoronou.

Outro conceito a ser discutido se refere a identidade cultural. Para Hall (2011), falar de identidade cultural é aventurar-se em território perigoso, onde nossa "herança universalista" impede de nos aventurarmos pelos caminhos do "entre", do "inter" das culturas. Quando pensamos em identidade cultural, tendemos a implicar que estamos nos referindo à identidade cultural ligada à formação das nações ou a uma identidade "europeia", "latino-americana", "africana". Na realidade, são identidades ligadas a "comunidades imaginadas" que, precisamente por isso, devem constituir uma identidade cultural para sua existência. É a modernidade ocidental que estabelece as culturas nacionais como fontes de identidades culturais, e somos levados a considerá-las uma parte essencial de nossa individualidade: as identidades culturais são (trans)formadas no espaço das representações.

Em substância, a nação é uma entidade política que produz significado, ou seja, um sistema de representação cultural. A nação, como comunidade imaginada, é simbólica e está representada na cultura nacional, uma ideia da modernidade ocidental que se universalizou. Para Bhabha (2007), a cultura nacional é o discurso das instituições culturais sobre símbolos e representações que produzem significado em histórias e memórias, ou seja: possibilita a identificação e influencia e organiza concepções e ações.

Enquanto esta ideia de nação se universalizou, por outro lado, se observa que existem diferenças entre as nações que são devidas às formas de imaginá-las, ou seja, na elaboração dos discursos das culturas nacionais. Renan (1990) indica três elementos necessários para o estabelecimento de uma nação: ter em comum um rico patrimônio de memórias; o desejo de viver em comum; e a vontade de perpetuar de forma inequívoca a herança recebida. No entanto, é de se perguntar se a cultura nacional realmente unifica uma identidade cultural, considerando que os indivíduos diferem em classe, gênero e etnia. Também se pergunta se esta uniformidade anula e subordina as diferenças culturais. Em suma, as culturas nacionais são um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade: elas são atravessadas por profundas divisões e só são unificadas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (como o hoje muito em voga *Storytelling*).

As identidades nacionais continuam, entretanto, representadas como unificadas, e a forma de unificá-las tem sido representá-las como expressões da cultura de "um só povo". Entretanto o Ocidente não fornece nenhuma suposição que permita dizer que seja composto por um único povo, uma única cultura, ou uma única etnia.

### **3 A COLEÇÃO DE MÁSCARAS FACIAIS DE LIDIO CIPRIANI**

O desenvolvimento econômico e social da Europa moderna está fortemente ligado a um processo de colonização e dominação de países africanos, asiáticos e americanos. Este processo foi possível graças à base racial desenvolvida pela ciência. Deve ser enfatizado que a raça é uma categoria discursiva, e não uma categoria biológica. Entretanto, o caráter não científico do termo não afeta a forma como a lógica racial e a estrutura de suas referências são articuladas, da mesma forma que não nega suas consequências.

A decolonização dos museus tem um significado amplo, que vai além de questionar o legado colonial e as relações de poder neocolonial existentes, ou mesmo emergentes (STOLER, 2009). Portanto, o que devemos discutir é como desfazer, ou pelo menos evitar, a perpetuação das epistemologias neocoloniais, lutando pelo reconhecimento de certos materiais como relevantes, apesar das constantes rejeições por parte das autoridades (ERNST, 2016). Um dos níveis a considerar, quando se trata de memória decolonizada, está no reconhecimento de critérios aparentemente neutros de classificação ocidental como ferramentas para manter o papel dos museus em termos de projetos imperiais de

dominação e afirmação, enquanto a ampla disseminação de antigas narrativas, inclusive através da digitalização, pode oferecer a ilusão de uma nova "democratização" do conhecimento. No entanto, a aparente abundância de material disponível *online* muitas vezes resulta em uma sobrecarga que, ao invés de minar as narrativas ocidentais estabelecidas, as complementa e, assim, confirma sua primazia.

Coleções de moldes faciais de gesso podem ser encontradas em museus antropológicos em toda a Europa. Os moldes foram feitos por antropólogos ocidentais aplicando gesso nos rostos dos não-ocidentais, que os trouxeram de volta para a Europa e criaram cópias dos rostos originais. Estes moldes foram usados para estudar e visualizar tipos humanos, categorizá-los e estabelecer hierarquias raciais. O objetivo era classificar as diferentes "raças" humanas, testemunhando diferenças e semelhanças por comparação e enfatizando a superioridade do homem branco.

Nas coleções antropológicas dos Museus Científicos da Universidade de Bolonha, uma dessas coleções é preservada, a partir dos moldes obtidos por Lidio Cipriani (1892-1962), antropólogo da Universidade de Florença, durante várias missões científicas. Elas foram adquiridas para enriquecer o Museu de Antropologia e mostrar as diferenças raciais, reforçando uma visão da variabilidade biológica humana, mas foram apresentadas, na época, de modo a reforçar a identidade racial ocidental e europeia em oposição a outras. De fato, os paradigmas antropológicos mudaram ao longo do tempo e os moldes faciais são objetos estranhos nos museus contemporâneos. Eles precisam ser enquadrados historicamente para revelar todo o seu significado. Atualmente, eles geram sentimentos contraditórios nos visitantes: são apreciados por sua experiência e beleza como propriedade histórica e artística, mas são um forte lembrete da violência do colonialismo e seu impacto na vida das pessoas.

Foucault (2020) explica como o racismo está diretamente ligado à formação dos estados. No Século XIX, os discursos da biologia afetaram diretamente o conceito de raça, denotando, entre as funções do Estado, a de protetor da pureza racial, que representa a face conservadora assumida pelo discurso político após as revoluções do Século XVIII. Segundo o autor, desde o Século XIX, os estados têm operado em regime racista. Não se trata de um discurso ideológico, mas uma verdadeira tecnologia de poder sobre a vida e a morte, que Foucault chama de biopoder. Esse, através da biopolítica, atua nos domínios das estruturas

relativas à saúde, transporte, segurança e higiene, e através de como e onde essas estruturas estão presentes, pode-se identificar a ação do biopoder sobre a vida e a morte.

Mbembe (2018, p. 19) argumenta que foi no mundo colonial, antes do estado nazista-fascista, que a racionalidade ocidental começou a praticar "a seleção racial, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e o extermínio de povos derrotados". O colonialismo e o escravagismo moldam hierarquias raciais baseadas no medo que surge da invenção de uma alteridade absoluta. É nos espaços das colônias, onde não existem normas legais, para as quais a lei não pode dominar o direito de matar, que se encontra o necropoder. De acordo com Mbembe (2018), a especificidade do medo colonial é que ele existe sem a existência de uma ameaça séria/tangível, sendo provocado pela possibilidade da existência de um inimigo, por sua (presumida) vontade de dominar, não por sua presença real. Neste clima, gerado na modernidade colonial, desenvolvem-se os primeiros regimes disciplinares escravos e, após a abolição da escravidão, as medidas preventivas são reforçadas até hoje. A ocupação colonial não deve ser entendida como um fato limitado ao Século XIX e à primeira metade do Século XX, mas como uma nova forma de dominação política na qual os poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos se encontram. A disciplina das colônias, como forma de dominação, pode agora ser estabelecida dentro dos limites dos estados como parte das exigências políticas de segurança pública.

As máscaras faciais encapsulam evidências do resultado da "má" ciência, da "má" aplicação da ciência, e da "má" popularização da ciência. Então, nossas principais perguntas ainda em busca de resposta são: como ainda podem ser consideradas culturalmente sustentáveis? Como podemos formular novas mediações para este tipo de coleções buscando uma visão mais crítica da identidade europeia?

#### **4 O MONUMENTO AO EXPLORADOR VITTORIO BOTTEGO**

Se adotarmos o conceito de cidade como museu a céu aberto, todo monumento, gesto, manifestação social está em exposição permanente. Como foi necessário repensar vários acervos museológicos, que reuniam objetos roubados das comunidades originárias atribuindo-lhes valores que essas mesmas comunidades refutaram, as mesmas reflexões tornam-se obrigatórias quando somos confrontados com a arte pública mais monumental do passado e do presente.

Os monumentos são referências no espaço e no tempo, cartografias que se definem na discrepância entre a conceituação de memória produzida e negociada pelos discursos institucionais e políticos e como prática intersubjetiva. As abordagens institucionais destacam as estruturas de poder dos discursos das políticas e práticas de gestão do patrimônio e como buscam criar posições de sujeito e identidade de cima para baixo, bem como estabelecer um sentimento de adesão entre membros do mesmo grupo social/nacional. A memória como prática intersubjetiva, por sua vez, mostra como as narrativas utilizadas por cada sujeito, para sustentar sua identidade e suas identificações com outras pessoas e com o mundo em geral, são moldadas pelo contato e pela troca cultural.

A revolta contra os monumentos, que tem se centralizado nos debates internacionais, não é revolta contra a arte ou a história. Não se trata de apagar a história, mas de desafiar a memória e a forma como ela atua na construção da identidade. Os monumentos públicos são uma forma, por meio de símbolos, de integrar a ideia de nação. A Itália tem, em seu currículo, guerras coloniais, uma ditadura e uma guerra civil. Seus monumentos celebram, ainda com pouca atenção à dissonância, personagens envolvidas nas controvérsias de uma história a caminho de sua decolonização. A sombra da estátua de Vittorio Bottego é aquela do ideal da subordinação selvagem, justificando a barbárie da colonização em nome da "civilização". Sua exposição acrítica sustenta a ideia de desenvolvimento e progresso, presente no momento da criação do monumento.

Vittorio Bottego (1860-1897) apresenta-se como uma personalidade cujas realizações foram apreciadas e reconhecidas. Estamos no período da Itália recém unificada, em busca de uma identidade comum, através de uma referência evidente à grandeza da história. A Itália iniciou sua aventura colonial em 1882, na Eritreia, seguida pela Líbia, Somália e Etiópia, o Dodecaneso e a Albânia e, na década de 1930, Mussolini, na tentativa de concretizar a visão do "Império Italiano", planejou e realizou a recuperação fascista das glórias romanas e o ressurgimento das guerras coloniais italianas, visíveis na política cultural e patrimonial oficialmente racistas (VERDE, 2017).

Bottego se insere nesse contexto de expansão militar e cultural, em um período em que os diversos ministros decidiram expandir os domínios nacionais, a princípio apenas comercialmente (PANDOLFO, 2013). Era um explorador, capitão de expedições científico-militares, que lutou contra os povos indígenas para conduzir seus estudos ao mesmo tempo científicos (geográficos e naturalistas) e militares (colonialistas).

Este é o pano de fundo cultural que inspira o monumento: no topo um comandante militar, em posição de desafio e comando, em trajes coloniais, armado. Literalmente aos seus pés, estão posicionados dois indígenas com expressão assustada, em situação de submissão. As duas estátuas de guerreiros simbolizam os rios Omo e Juba, que Bottego explorou. Ainda que se recupere a ideia clássica de personificação dos rios, a imagem que nos apresenta não permite um entendimento direto da "exploração" ou da "investigação científica". É um monumento que derrama um conteúdo simbólico em primeira instância de dominação, no qual é evidente a prevaricação do homem ocidental sobre o africano: podemos afirmar que ainda responde à visão cultural do nosso tempo, à necessidade do multiculturalismo, sem que haja uma mediação do seu valor dissonante? A discussão deve ser colocada, na medida em que o monumento está localizado na praça da estação ferroviária, passagem obrigatória para muitos estrangeiros e próximo ao escritório de informações para estrangeiros da prefeitura da cidade, onde são recebidos todos aqueles que, por sua condição de estrangeiros migrantes, precisam de suporte para procedimentos administrativos. Que tipo de imaginário gera esse monumento comemorativo?

Questiona-se se determinados monumentos deveriam ocupar o espaço público sem que sejam desenvolvidas estratégias de mediação sobre seu valor de patrimônios dissonantes. Como descrever esses monumentos em um país onde ainda hoje tanta ênfase é dada à ideia de autonomia dos valores estéticos da arte, mas cujos valores sociais, afinal, não são discutidos? Afirmar que um monumento já foi incorporado pelo patrimônio, reconhecendo assim um valor histórico e estético, sem refletir instâncias decoloniais, mesmo para casos distantes no tempo, impede o avanço das discussões.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contestabilidade da memória tem implicações na maneira como determinados locais do patrimônio cultural evoluíram ao longo do tempo. Por sua vez, tem implicações no entendimento e gerenciamento contemporâneos do ambiente construído e dos locais de importância. O conceito de "cidadania cultural" permite que todos os indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos políticos legítimos e, nesse sentido, também sejam considerados cidadãos. As articulações locais de cidadania, através da discussão sobre patrimônios dissonantes, passam a se basear não no reconhecimento legal e na concessão de direitos,

mas em contribuições para a comunidade que conferem o direito à proteção básica e ao respeito.

Ao contrário das afirmações de que a globalização produz homogeneização (nos níveis social, cultural e político), a cidadania cultural sugere que a diferença também pode ser criada por meio da transformação global. Afirma que os direitos civis, proteções básicas, respeito e reconhecimento concedidos aos cidadãos podem ser estendidos a todos os residentes que contribuem para a sociedade.

Alguns problemas que devem, assim, ser enfocados como dissonantes e que podem ser posteriormente estudados, se referem ao conceito 'fluido' de população, etnia e identidade, ao papel positivo e negativo da mudança dos paradigmas científicos e à construção de uma memória e identidade coletiva comum, já não mais definida em termos de lugar, pertencimento social ou filiação cultural, como sugere a Convenção de Faro.

A história não é tão simples como contam os monumentos. Nada de modismos, nessa discussão, mas a necessidade de uma revisão profunda de como estamos no mundo, evitando simplificações e pensando em como chegamos à cabeça, sim, mas também à emoção do público, visto que monumentos têm história, mas, em si, não são história e que sua função é “memorialística” e não unicamente histórica.

E é aqui que o hábito e a distração se tornam conceitos (estéticos) da vida política, levando lentamente ao conceito de estetização da política: através deste novo modo de percepção e através da arte, que a configura como seu próprio instrumento de exercício, pode-se obter controle sobre a evolução da própria percepção e, portanto, sobre a forma de resolvê-la e controlá-la politicamente, e através dela controlar a ação efetiva do homem onde a obra de arte é capaz de mobilizar as massas.

Portanto, é possível fazer da arte como dimensão do gozo distraído um exercício no controle político das massas. Exemplar nesta prática é a forma política dos estados ditatoriais e, no caso da coleção Cipriani, de como o fascismo procura organizar as massas recém-proletarizadas. Para manter a subordinação das massas aos grupos dominantes é necessário manter intactas as relações de propriedade, que as massas recém-formadas - ou seja, os grupos de camponeses que vieram do campo para encontrar um novo emprego na indústria e que, portanto, se tornaram proletários - afetariam naturalmente, a fim de obter maiores direitos e, conseqüentemente, uma posição social e econômica mais elevada. Um estado ditatorial, porém, não pode deixar de manter tal processo sob controle. Para

permanecer como detentor do poder político, portanto, tem que encontrar uma maneira de dar voz às novas formações de massa sem alterar as relações de propriedade existentes.

O fascismo vê sua salvação em permitir que as massas se expressem (não em ter seus direitos reconhecidos). As massas têm direito a uma mudança nas relações de propriedade, mas o fascismo procura dar-lhes uma expressão na preservação das mesmas.

Aqui finalmente se chega ao significado da associação de termos aparentemente distantes: estetização da vida política, ou seja, dar uma satisfação estética, através da arte, às necessidades políticas fundamentais das massas. A obra científica e o monumento enaltecido por seus valores artísticos passam a ser utilizados com o propósito de tal estetização da vida política, tornando-se nada mais do que um fetiche dado ao povo para aliciá-lo a um modo de percepção distraído, no qual ele não sentirá mais a necessidade de realmente melhorar suas condições de vida econômicas e sociais. Neste ponto, o paralelismo com a sociedade contemporânea e o campo suprajacente da estetização da vida política operado pelos atuais projetos de valorização é espontâneo.

## REFERÊNCIAS

ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **Dissonant Heritage: Management of the Past as a Resource**. Chichester: Wiley, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ERNST, Wolfgang. Radically De-Historicizing the Archive: Decolonising Archival Memory from the Supremacy of Historical Discourse. In: ABU HAMDAM, Lawrence; CÉSAR, Filipa; DÁVILA, Mela; ERNST, Wolfgang; FRASER, Crystal; LONGONI, Ana; PÉREZ COLINA, Marisa; PRIETO DEL CAMPO, Carlos; RADZISZEWSKI, Karol; SCHNAPP, Jeffrey; SELA, Rona; STULTIENS, Andrea; TAPIA, Mabel; TODD, Zoe. **Decolonising Archives**. Ghent: L'Internationale Books, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Bisogna difendere la società** – corsi al college de France (1975-1976). Milano: Feltrinelli, 2020.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **A geography of heritage: power, culture and economy**. London: Arnold, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

LEOPOLD, Teresa. A proposed code of conduct for war heritage sites. *In*: RYAN, Chris (ed.). **Battlefield Tourism: History, Place and Interpretation**. Elsevier, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Rio de Janeiro: N-1, 2018.

NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

PANDOLFO, Michele. La Somalia coloniale: una storia ai margini della memoria italiana. **Diacronie Studi di Storia Contemporanea**, v. 14, n. 2, 2013.

RENAN, Ernest. "What is a nation?". *In*: Bhabha, Homi K. **Nation and narration**. London: Routledge, 1990. p. 8-22.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain: Epistemic anxiety and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

VERDE, Simone. **Le belle arti e i selvaggi**: La scoperta dell'altro, la storia dell'arte e l'invenzione del patrimonio culturale. Venezia: Marsilio, 2017.